

Este é o dia da publicação da revista da Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação, que nasce com o nome de *Revista de Ciências da Educação*. A sua criação é fruto de um trabalho de muitos meses, de reuniões e discussões entre os associados da SPCE, que se realizaram ao longo do ano passado. A revista nasce com o objectivo de promover a investigação científica na área das Ciências da Educação, contribuindo para a divulgação e debate da mesma, e para a promoção da sua visibilidade social.

Desde o inicio da sua criação, em 1990, que a Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação (SPCE) pretendeu constituir - se em forum de divulgação e debate da investigação realizada pelos seus associados. Os encontros científicos que tem promovido e as publicações deles decorrentes têm contribuído para conferir visibilidade social à investigação que se faz no domínio da Educação, visibilidade a que a instituição do Prémio Rui Grácio, atribuído anualmente, trouxe o toque de excelência. A criação de uma revista científica pela SPCE constitui mais um contributo para a divulgação do que se faz no nosso país em termos de investigação educacional. O desiderato dessa criação não é novo, mas só agora a Sociedade conseguiu reunir as condições necessárias para passar das intenções à acção, o que exigiu a conjugação de esforços e boa – vontade de todos os que tornaram possível a publicação deste primeiro número.

O momento da publicação da revista não poderia ser mais oportuno. Ela constitui uma resposta - talvez a melhor resposta ou a única resposta possível - à situação actual, em que as Ciências da Educação se vêem alvo de ataques de diversa ordem, provenientes de alguns sectores do público. E se os ataques não são novos, a aliança implícita de quem os promove e o primarismo da sua argumentação ou a ausência dela é que talvez o seja.

É certo que na constituição e desenvolvimento das Ciências da Educação existem alguns pontos sensíveis que exigem ser devidamente consciencializados e acautelados pelos investigadores de forma a evitar a sua vulnerabilidade.

Institucionalizadas como área académica em diversos países em momentos diferentes, estas ciências nasceram sob o signo da ambiguidade. Ambiguidade epistemológica provocada pela passagem do singular de Ciência de Educação, que se pretendeu constituir em meados do século XIX e princípios do século XX, ao plural de Ciências de Educação, originando um problema de autono-

mia e de identidade disciplinar que não se pode escamotear; ambiguidade ligada à natureza do seu campo onde se imbricam teoria e prática, fenómenos e valores, intenções e práticas, racionalidade e afectividade, positividade e ideologia e se reflecte numa fragmentação paradigmática em que as necessidades de procura de prova e de procura de sentido se confrontam antinomicamente e levam a ansiar por uma superação dialéctica que dê conta da complexidade do real e dos níveis de inteligibilidade que essa complexidade comporta; ambiguidade identitária dos investigadores divididos entre o grupo de pertença de Ciências de Educação e o grupo de referência das Ciências de onde muitos deles provêm ou de que são tributários. Recebidas com desconfiança em alguns sectores da instituição universitária que duvidam da sua científicidade e temem a sua influência, aproveitadas, segundo as conveniências, pelos poderes públicos como instrumento de legitimação de decisões políticas e dos desígnios que elas servem, acusadas, por vezes, de muitos dos descalabros do sistema de ensino (os males do planeta provirão da física, da química e da economia ou da utilização errada do conhecimento produzido por parte de quem detém o poder de o instrumentalizar e pôr ao serviço dos seus fins e interesses?), acusação que os media amplificam, demagógica e acriticamente, como se o insucesso escolar não tivesse acompanhado desde sempre o aumento da população escolar e da sua heterogeneidade e como se as escolas fossem ilhas isoladas da sociedade que as cria e mantém e dos desequilíbrios de toda a ordem que a atravessam; atacadas, ainda, por aqueles que falam do «eduquês» mas não questionam o «economicês», «medicinês», o «direitês» ou o «engenhariês», as Ciências da Educação em Portugal, tal como em muitos outros países europeus, têm percorrido um caminho de difícil afirmação. No entanto elas têm-se vindo a afirmar pouco a pouco, vencendo as condições, por vezes bem adversas, da sua produção e estando atentas às mudanças sociais e educativas. Mudanças cujo sentido pretendem influenciar, através da construção de novas grelhas de leitura do real, susceptíveis de induzir princípios orientadores de uma acção fundamentada, ou através da avaliação rigorosa dos efeitos de intervenções construídas pelos investigadores, muitas vezes em parceria com outros actores educativos, a partir da análise cuidadosa e metodologicamente orientada de situações educativas.

Assim se foi construindo um corpus evolutivo de conhecimentos, dentro da pluralidade disciplinar para a qual a expressão « Ciências da Educação» remete e dentro de uma pluralidade de paradigmas e métodos correspondendo

a opções orientadas por convicções, embora fundamentadas e legitimadas, dos investigadores.

Ao circunscreverem critérios de pertinência e de validade da investigação, essas opções originam abordagens e percursos investigativos sem dúvida diferentes. Mas, ao serem orientados por regras metodológicas próprias, permitem diferenciar o conhecimento científico, assim obtido, do conhecimento do senso comum, mesmo quando aquele se limita a tomar este como objecto e a originar, na expressão de Shutz (*Le chercheur et le quotidien*,), «construções de 2^a ordem» ou «construções de construções edificadas pelos actores na cena social», neste caso na cena educativa. O conhecimento elaborado pelos investigadores das Ciências de Educação, inserindo-se em opções paradigmáticas diferentes, tem produzido grades diferentes de leitura do real cuja validade e coerência só pode ser avaliada dentro do paradigma em que se inserem, excluindo, portanto, qualquer atitude maniqueísta que leve a ignorar ou a invalidar *a priori* todos os estudos que não se insiram no paradigma aceite por cada um de nós como mais legítimo.

É, pois, dentro de uma atitude de abertura paradigmática e de respeito pelas opções legitimadas dos investigadores que a revista da S.P.C.E. pretende orientar-se e é essa atitude que gostaríamos de ver reflectida nos artigos nela publicados. Só essa atitude permitirá dar conta da pluralidade da investigação que se faz em Portugal.

A revista *Investigar em Educação* não pretende ser apenas mais uma revista a concorrer com algumas boas revistas existentes em Portugal. Ela pretende ocupar um espaço próprio, até aqui inexistente no nosso país: o de fazer anualmente a síntese da investigação publicada nos anos anteriores à publicação de cada número da revista, em domínios em que ela tenha sido significativa em termos de volume, relevância social ou inovação temática. Pensamos contribuir assim para superar uma lacuna manifesta na investigação portuguesa em Ciências de Educação: os investigadores dão prova de conhecimento do que se faz no estrangeiro em termos de investigação nas suas áreas de interesse, mas nem sempre o fazem do mesmo modo relativamente à informação do que se faz entre nós.

Em parte inspirada num formato existente noutras países, a revista assenta no convite a investigadores idóneos ligados às áreas temáticas de que se pretende fazer o ponto da situação e introduz a figura do consultor, colega especialista da área, que desempenha o papel de «conselheiro e

recurso» e avalia, juntamente com o Conselho Editorial, a publicação do artigo.

A organização da investigação à volta de temas e não de áreas disciplinares deve-se a uma opção do Conselho Editorial. Se, por um lado, essa opção comporta o que pode ser considerado um risco de esbater as fronteiras disciplinares entre as Ciências de Educação e outras ciências sociais que o próprio título da revista – *Investigar em Educação* – legitima, por outro lado salvaguarda-se a visão multidisciplinar e multirreferencial que a natureza do campo educativo postula. Visa-se, assim, contribuir para a construção da desejável e necessária interdisciplinaridade, ideia tão sedutora a nível de discurso quanto difícil de realizar na prática. Esperamos ainda que esta organização temática facilite a eventual aproximação dos investigadores que, com ópticas disciplinares diferentes, se debruçam, contudo, sobre a mesma problemática.

Numa época marcada por reformas e inovações curriculares, é natural que os estudos sobre o currículo, em grande parte impulsionados pela existência de mestrados que os contemplam, assumam um lugar importante na investigação educacional. Por isso, José Augusto Pacheco traça a panorâmica de uma década de estudos curriculares em Portugal, enquanto área específica do conhecimento que «abrange os aspectos relacionados com a teorização do currículo, os pressupostos que o legitimam e as componentes que o operacionalizam». Dada a necessidade de um questionamento permanente que leve a novas reconstruções, J.A. Pacheco prevê que a década há pouco iniciada dê um novo impulso à investigação na área do currículo. Esperemos que este artigo constitua um incentivo e um factor facilitador desse desenvolvimento.

Se as inovações curriculares poderão ser entendidas como respostas a novas necessidades sociais e necessidades de actualização suscitadas pelo progresso científico em áreas de conhecimento valorizadas pela escola, poderão ser igualmente interpretadas como tentativas renovadas de adaptação da escola à heterogeneidade da sua população discente. Tentativas de antemão votadas a um sucesso sempre relativo, porquanto a montante dessas inovações há factores de ordem social que comprometem a sua concretização. Com efeito, se eles não forem contemplados, de forma a serem neutralizados ou atenuados, por medidas adequadas de política social e educativa, a escola continuará condenada a contradizer o ideal de uma escola democrática. Isto é, de uma escola

que garanta a igualdade de oportunidades de acesso e sucesso para todos, para a qual a Lei de Bases do Sistema Educativo aponta.

Os três artigos seguintes convergem no sentido de permitir uma tomada de consciência de alguns factores socio-culturais que condicionam a construção de uma educação democrática que respeite toda a ordem de diversidades.

Assim, apresentando o sugestivo título «*Mergulhando no arco-íris socio-cultural*» o artigo de Luiza Cortesão, Alexandra Sá Costa, Lurdes Rodrigues e Rui Trindade começa por contextualizar historicamente o problema da diversidade socio-cultural existente na sociedade portuguesa, pondo em causa alguma ideias feitas, para, em seguida, passar em revista quadros teóricos que traduzem olhares diferentes sobre a diversidade. Ao fazerem um levantamento minucioso dos estudos portugueses que podem contribuir para uma leitura crítica do problema da diversidade no campo educativo, os autores pensam contribuir também para encontrar formas de intervenção que permitam a inserção de todos os alunos num mundo cada vez mais exigente em termos de conhecimento, sem que isso seja feito «à custa de uma desvalorização das raízes culturais dos grupos minoritários e da exclusão dos que terão mais dificuldades em cumprir os processos de recontextualização exigidos pela escola». O artigo concluiu com sugestões para a construção de uma cartografia neste domínio.

Situando-se ainda dentro do problema da diversidade, agora relativo ao género, Helena Araújo, com o artigo «*Há já lugar para um mapeamento nos estudos sobre género e educação em Portugal? – Uma tentativa exploratória*» prossegue um triplo objectivo: identificar, neste domínio de estudos, linhas de força e problemáticas mais desenvolvidas; identificar rupturas teóricas e epistemológicas; contribuir para o mapeamento (conceito cuja conotação explícita e defende como ferramenta de análise), dos estudos sobre o género em Portugal. Se o campo escolar é central na sua análise, o campo educativo não formal ou não escolar não é, no entanto, esquecido. Uma reflexão final sobre a investigação inventariada sublinha, entre outros aspectos, a necessidade de reestruturar a teorização das relações do género dentro de um novo paradigma da inter-subjectividade.

Ainda dentro da perspectiva da construção de uma escola democrática que contemple a diversidade socio-cultural, no artigo intitulado «*A relação escola – família. Analisando perspectivas...desenvolvendo parcerias...*», Maria Adelina Villas-Boas, apoiando-se na investigação existente cujas linhas iden-

tifica, dá achegas para atacar os obstáculos que impedem a boa relação entre pais e professores e incentivar a participação daqueles, mas também para sensibilizar e formar os pais mais desfavorecidos para poderem acompanhar a vida escolar dos seus filhos. A garantia de igualdade de oportunidades de acesso e sucesso na escola passa, sem dúvida, pela criação de condições idênticas de participação de todos os pais na vida da escola, independentemente do seu nível socio-cultural e etnia.

Em parte ainda em relação com descontinuidades culturais entre a escola e a família, mas correspondendo a uma preocupação social cada vez mais sentida nas sociedades ocidentais que vêm aumentar progressivamente os fenómenos de indisciplina e violência nas escolas, por vezes de forma dificilmente controlável, os estudos sobre a indisciplina escolar, iniciados em Portugal na década de oitenta, pretendem caracterizar as situações de indisciplina e determinar a sua etiologia, sendo ainda poucos os estudos baseados na intervenção e na avaliação rigorosa dos seus efeitos. Deste estado da questão dá-nos conta o artigo de João Amado e Isabel Freire intitulado «*A indisciplina na escola – uma revisão da investigação portuguesa*». Começando por distinguir as linhas disciplinares da investigação existente, os autores organizam a informação recolhida à volta dos dois principais actores do acto pedagógico – aluno e professor.

Além de caracterizarem as representações e comportamentos de uns e outros que se relacionam com a disciplina, detalham minuciosamente os factores que os podem influenciar, apontam possíveis vias de desenvolvimento da investigação e concluem pela necessidade de integrar a problemática da disciplina escolar na problemática mais ampla de formação para a cidadania.

Se os trabalhos de investigação que motivaram os artigos anteriormente referidos têm como campo de estudo diferentes aspectos da realidade educativa escolar, eles não estudam, contudo, a escola na sua globalidade, quer seja considerada como instituição, organização ou sistema social.

Talvez paradoxalmente, à antiguidade da escola contrapõe-se a modernidade do labor científico que a toma como objecto de estudo. Isto é, segundo nos diz João Barroso, «como um objecto social com uma identidade própria». Examinar a investigação sobre a escola à luz dos contributos dados pela pesquisa realizada no âmbito da Administração Educacional e enquadrar a investigação portuguesa nas linhas de evolução da investigação internacional neste domínio, são os objectivos principais do artigo elaborado pelo citado

autor. Para isso, reflecte sobre o estatuto epistemológico da Administração Escolar enquanto área científica e sobre as suas relações com as Ciências da Educação. Evoca a seguir os quadros teóricos e metodológicos que têm sustentado a investigação num domínio que, em Portugal, é objecto de crescente investigação e de procura de formação. O título do artigo «*A investigação sobre a escola: contributos para a Administração Educacional*» expressa bem o teor da abordagem realizada pelo autor.

Sendo intuito do Conselho Editorial melhorar progressivamente a revista, estamos abertos a receber sugestões. O *feedback* dos Colegas será para nós muito importante, ajudando-nos a construir uma revista cada vez mais adaptada às necessidades de desenvolvimento das Ciências da Educação e, desse modo, à melhoria da educação em Portugal.